

O mapa das populações invi-

A história esquecida das ocupaç

Por Annelise dos Santos, João Victor Lemos, Joyce Clara, Lucas Veloso, Luísa Camargo e Victor Schinato

Em meio às comemorações dos 200 anos de Ponta Grossa, os representantes da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) e moradores da ocupação Ericson John Duarte se reuniram no dia 17 de agosto. A discussão aconteceu no grande auditório do campus central da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e teve como objetivo debater o processo estrutural do loteamento Andorinhas. Ponta Grossa ocupa o 4º lugar no ranking da Companhia Habitacional do Paraná (COHAPAR) de cidade com maior déficit habitacional do estado, sendo mais de 23 mil famílias sem lar.

A programação do evento contou com a presença da juíza Jurema Carolina da Silveira Gomes, que apresentou o desenvolvimento estrutural do loteamento Andorinhas. De acordo com Jurema, o processo contou com a participação de empresas que oferecem serviços de água e energia elétrica. Ainda segundo a juíza, as empresas debateram acerca do abastecimento básico para que a ausência desses recursos fosse revertida. “Fui até a ocupação com todos os atores processuais envolvidos, Sanepar, Copel, Prolar, e fiz uma inspeção judicial para ver a situação do terreno. Ali mesmo, no meio da ocupação, já conversamos e resolvemos realizar o cadastramento das famílias que estavam naquele local, e para que a Sanepar e a Copel fizessem uma vistoria para verificar a viabilidade da ligação de água e luz em algumas localidades”, relata Silveira Gomes.

Os professores da UEPG e também voluntários que prestam assistência à ocupação, Edson Armando Silva e Joel Larocca, apresentaram o Pla-

no de Desenvolvimento Comunitário. A iniciativa de Silva e Larocca visa melhorias na ocupação, além da construção de novas casas e edifícios comerciais. De acordo com Edson, um dos principais objetivos do projeto é a criação de um senso de comunidade entre os moradores da própria ocupação. “A partir do momento que acertamos um passo a passo, conseguimos encontrar um caminho jurídico para a regularização e evitar que a Copel e Sanepar tirassem a água e luz que ainda estão de forma irregular. Os padrões têm que ser colocados em ruas que serão fotografadas e organizadas”, explica Armando Silva.

Histórico das ocupações

Em Ponta Grossa, a luta pela moradia teve início antes mesmo da Constituição de 1988 – documento que garante a moradia como direito para todos os cidadãos brasileiros. Em 1982, o projeto João de Barro já iniciava. O local onde hoje se encontra a Vila Rubini, era um loteamento próximo à construção do campus UEPG/Uvaranas.

Em 1988, mesmo ano da constituição, 140 famílias que moravam no arroio da Avenida Souza Naves, lideradas pela ex-vereadora e líder comunitária Claudete Dallabona, criaram a Vila Dalabona. Em dezembro de 2021, a Frente Nacional de Luta Campo e Cidade fundou a ocupação Ericson John Duarte no Parque das Andorinhas, que era propriedade da extinta Companhia de Habitação de Ponta Grossa (PROLAR). Cerca de 386 famílias residem no local atualmente.

Quilombo Sutil também resiste nos 200 anos de Ponta Grossa

Mesmo com eventos culturais e melhorias para a cidade, as comunidades periféricas não são contempladas. É o caso da população da comunidade quilombola Colônia Sutil.



Começo da Ocupação Ericson John Duarte

Foto: David Candido

condição de que nunca fosse comercializado e alienado, ou seja, não pode ser utilizado para outra função que não seja para usufruto dos quilombolas. Porém, complicações de inventário da parte de parentes de Maria Clara e ações provenientes do Estado fizeram grande parcela da terra cedida aos quilombolas ser expropriada.

Os obstáculos

Os problemas burocráticos afetam a comunidade até hoje. Uma das áreas atingidas é a economia local. Como a principal atividade é a agricultura, o espaço possui limitações quanto a território, o que dificulta, por exemplo, a criação de animais. Atualmente, muitos moradores cedem sua força de trabalho aos vizinhos e auxiliam nas grandes propriedades da região.

Outra dificuldade que a comunidade enfrenta é em relação à saúde. A unidade básica de saúde Wilson de Jesus Batista Filho, localizada no quilombo, funciona apenas quatro horas na parte

Crédito: Victor Schinato



Unidade de saúde móvel no Quilombo Sutil

“Meu povo ainda resiste no Quilombo Sutil. Eu revejo todo o meu passado enquanto mulher, enquanto periférica. Essas são algumas das características que me permeiam”, afirma Ligiane Ferreira, filha de um morador da comunidade, a respeito da resistência cultural do Sutil. “Eu olho para o quilombo com força, sabendo que eles vêm da Revolta dos Malês, são do povo Nagô e de resistência”, ressaltta. A Revolta do Malês é considerada por historiadores o maior levante de pretos escravizados na história brasileira. O levante ocorreu na Bahia, no século XIX, em busca da libertação dos escravos e da liberdade religiosa.

De acordo com a pesquisadora da Universidade de Campo Mourão (Fecilcam) Sueli de Souza Pinto, no artigo “A formação da comunidade quilombola no Estado do Paraná: experiências do Quilombo Sutil.”, a comunidade se originou a partir dos pretos escravizados na antiga Fazenda Santa Cruz. Ao longo da história da fazenda, após mais de uma geração de trabalho forçado, parte do terreno foi deixada aos negros em testamento depois da morte de Maria Clara do Nascimento, filha do proprietário da fazenda. O Quilombo Sutil nasceu sob a

isibilizadas de Ponta Grossa

ções, Vila Jamil e Quilombo Sutil

da manhã das quartas-feiras. Além do horário restrito de funcionamento, o posto de atendimento não conta com sala de vacinação e atendimento dentário. O transporte é outro fator que demanda atenção. Há uma única linha de ônibus que liga a Colônia Sutil até Ponta Grossa, o ônibus intermunicipal que leva à Palmeira. O transporte não promove o deslocamento adequado, com apenas uma linha, em três únicos horários durante todo o dia, às oito e dez horas da manhã e às duas horas da tarde.

Ainda acerca da precarização de um povo em detrimento dos outros, Ligiane Ferreira comenta a ausência do feriado de 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) no calendário pontagrossense. Em contrapartida, a quilombola destaca a presença do feriado para o Munchen Fest, festividade criada para celebrar a produção de uma antiga fábrica cervejeira instalada na cidade.

Em relação aos editais de cultura e ao calendário cultural da cidade, Ligiane reforça seu desejo para que o povo do quilombo Sutil seja parte de projetos futuros. “Tem um menino lá no Sutil que é um ótimo fotógrafo, queria ver ele fotografando, fazendo exposições, mas em que meio a gente insere? A gente só faz esse movimento quando tem garantia de lei”, afirma. Ela complementa que, apesar de ter sido selecionada no edital específico para os 200 anos, com o projeto “Carolinas - É tempo de se aquilombar!”, ainda sente que sempre demanda um esforço muito grande da parte deles para ocuparem esses lugares. O projeto é uma peça de teatro aprovada pelo edital 011/2023 em

comemoração dos 200 anos da cidade.

Lara Luisa Silva Gomes Franco, palestrante durante o IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, sediado na UEPG, ao ser ambientada sobre o bicentenário da cidade e a exclusão da Colônia Sutil na história que está sendo resgatada, comenta: “Ponta Grossa é uma cidade muito próspera e toda cidade que é próspera, se você investigar, tem uma raiz quilombola e indígena”. Lara é vice-presidente da federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais e idealizadora da primeira linha de pesquisa em quilombolas na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Ela defende que é necessário a implementação efetiva do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e políticas públicas de saúde para a população negra. Para Lara, a universidade deve fazer pesquisa e extensão nessa comunidade quilombola.

Ligiane afirma que quando a identidade de um quilombo morre, a identidade da cidade a que ela pertence também morre. “Eu, enquanto Conselheira Nacional de Igualdade Racial, faço o chamamento para que a comunidade de Ponta Grossa abraça sua identidade. E sua identidade também é afro-brasileira, indígena e quilombola. Podemos construir isso juntos”, conclui.

Os povos nativos no Parque Vila Velha

Segundo a lenda, Vila Velha se formou a partir da raiva de Tupã, Deus dos Tupis-Guaranis, dono de um tesouro e segredo. Um guardião fazia a segurança desses itens, e, após cair em uma armadilha, se apai-

xonou por uma mulher rival. Com isso, perdeu a posse do tesouro e Tupã ficou enfurecido. A partir da força, o Deus formatou os arenitos conforme desejava.

O apagamento dos povos originários aconteceu com a passagem dos bandeirantes em Ponta Grossa, entre os séculos XVI e XVIII, e também dos jesuítas, no século XVIII. Esses grupos excluíram as tradições, desconfigurando o perfil desses povos. Além disso, muitos foram mortos ou tiveram que abandonar suas terras para sobreviver.

O vilarejo local

O historiador Fábio Holzmann conta que, em meados de 1800, o atual Parque Estadual de Vila Velha abrangia fazendas de propriedade do Barão de Guaraúna. Mais tarde elas foram vendidas para Hans Kleine, além das propriedades vizinhas pertencentes ao comerciante Jamil Saad. Em 1942, o interventor do Estado do Paraná, Manoel Ribas, declarou por meio de decreto a desapropriação das terras de Hans, onde ficavam os arenitos. A negociação de tornar o lugar público durou três anos.

Com a criação do parque houve a necessidade de contratação dos primeiros funcionários em 1945. Mais tarde, quando os funcionários se

aposentaram, as instalações do parque se tornaram propriedade estadual. Após isso, os aposentados compraram lotes de terras de Hans Kleine e Jamil Saad, dando origem à Vila Jamil, na década de 1980. Porém, a oficialização do Parque Estadual ocorreu em 1953, no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto.

O primeiro contratado do Parque foi João Batista Coelho e seu filho, Wilson Coelho, o primeiro homem a nascer no local. “Meus pais foram os primeiros a se casar no Parque, no dia 24 de dezembro de 1946 e passaram a morar na primeira casa construída.”, lembra Wilson. Naquela época, o atual parque Vila Velha era responsável pela conservação das florestas e reflorestamento. Lucélia Clarindo, também nascida na Vila Jamil em 1961, relata as memórias de quando seu pai trabalhava no parque. “Meu pai trabalhava com cultivo de plantas ornamentais, ele plantou muita araucária. A primeira pessoa que eu ouvi falar em ecologia e preservação foi ele”, relembra. Além disso, os funcionários do parque tinham preocupação com os incêndios e avisaram à população da vila por meio de sons feitos por batidas na linha do trem e que ecoavam. “Eles batiam aquele ferro, significava que tinha fogo na floresta. Já vinha um caminhão, eles subiam e apagavam o fogo”, relata Lucélia.

Atualmente, a Vila Jamil se tornou Jardim Novo Vila Velha e possui infraestrutura, diferente da antiga vila que não oferecia assistência aos moradores. Segundo Wilson Coelho é importante manter a memória viva, ainda mais de povos que foram silenciados ao longo da história. “A minha missão é resgatar aquele povo”, defende o historiador.

Foto: Arquivo Pessoal



Trabalhadores da Vila Jamil